

## EDITORIAL

### POLÍTICAS PÚBLICAS

Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro<sup>1</sup>

**A**o focalizar as Políticas Públicas, o dossiê deste número da Revista de Estudos Universitários traz a contribuição de pesquisadores do Brasil, Argentina, Chile e Espanha. Quero agradecer a colaboração de todos para a composição deste dossiê, pelo atendimento ao convite e pela pertinência de seus escritos. Um agradecimento especial ao professor Marcos Reigota e demais editores da revista, pela oportunidade de desenvolver esta tarefa desafiadora e importante neste momento de minha carreira profissional, como professora e pesquisadora.

O tema das Políticas Públicas tem circulado atualmente de forma ampla em vários campos, nos estudos acadêmicos, nos governos e na sociedade. Tem sido relacionado à democracia, como podemos observar em uma das definições: “uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade” (GIOVANNI, 2009).

Essa definição, segundo o autor, está pautada na caracterização das modernas democracias. Considera, neste sentido, a capacidade das instituições de planificação do ponto de vista político e da gestão; a estrutura do governo em termos da coexistência e independência de poderes e a consideração dos direitos de cidadania; além disso, pressupõe alguma capacidade coletiva de formulação de agendas públicas, mediante o exercício pleno da cidadania (GIOVANNI, 2009).

---

<sup>1</sup> Dra. em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do Curso de Psicologia e do Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Tutora do Programa de Educação Tutorial (MEC) do Curso de Psicologia da UFAL. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, Alagoas, Brasil. E-mail: [xiliribeiro@gmail.com.br](mailto:xiliribeiro@gmail.com.br)

Essas considerações foram feitas a partir de um estudo acadêmico que visa propor um modelo de análise das políticas públicas, levando em conta sua complexidade.

É importante registrar a emergência do estudo das Políticas Públicas no meio acadêmico, pois é nesse contexto que ele é associado à democracia. Mesmo em regimes ditatoriais, a definição acima pode ser aplicada, em termos do exercício do poder dos governos, na sua interação com a sociedade. Alguns artigos que compõem este dossiê apresentam análises de ações desenvolvidas durante um período longo, que abarca também a época da ditadura militar.

A questão é considerar as políticas públicas no campo acadêmico. Souza (2008) afirma que a política pública como área de conhecimento e disciplina acadêmica emerge nos Estados Unidos, focalizando seus estudos nas ações dos governos, enquanto na Europa, os estudos e pesquisas concentravam-se mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Considera ainda que o estudo sobre aquilo que o governo faz ou deixa de fazer só é passível de ser analisado e formulado, cientificamente, em democracias estáveis.

Almeida, (2008) afirma que os estudos das Políticas Públicas, no Brasil, nascem com a transição da ditadura para a democracia, no final dos anos 70 e na primeira metade dos 80, configurados pela criação de uma pós-graduação e a fundação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

É necessário situar de qual lugar falamos de Políticas Públicas. Do lugar do político que define a agenda de políticas governamentais; do gestor que vai executar as políticas, do usuário que se beneficia ou não dessas políticas ou dos pesquisadores que vão estudar seus diversos aspectos.

Os artigos que compõem este dossiê apresentam a pluralidade das áreas de conhecimento que atualmente se voltam para os estudos das Políticas Públicas, como Biologia, Ciências do Meio Ambiente, Educação, Economia, Psicologia e Serviço Social. Abordam essa temática de diversas formas. Analisam e avaliam as ações governamentais nos diversos âmbitos.

Os temas abordados em cada artigo serão apresentados a seguir, identificando os autores em termos de sua formação, especialmente para situar de qual lugar foram realizadas suas pesquisas. Outras informações sobre as áreas de atuação dos pesquisadores estão descritas no início de cada artigo.

Os quatro primeiros estudos, que serão apresentados a seguir, têm em comum a análise de políticas públicas já desenvolvidas: na região amazônica brasileira, sobre a área de conservação ambiental no município da Jureia (SP), em espaços urbanos, nos bairros de Manaus (AM) e de Barcelona (Espanha). Contribuem para a compreensão das consequências dessas ações e possibilitam o uso desse

conhecimento em outras, dependendo da articulação da academia com os governos, ou de outros lugares que os pesquisadores podem ocupar.

As consequências das políticas públicas de desenvolvimento da região amazônica, notadamente as políticas industriais, implantadas há quatro décadas pelo governo federal, são analisadas pelos economistas Cláudia Chelala, e Charles Chelala, no artigo “Políticas de desenvolvimento da Amazônia e o meio ambiente”. Constatam que a maior devastação ambiental ocorreu na Amazônia Oriental, particularmente no Estado do Pará, enquanto a Amazônia Ocidental, especialmente o Estado do Amazonas conseguiu manter a preservação de sua floresta.

A política de proteção ambiental, com a implantação de unidades de conservação ao longo de 45 anos, na Jureia (SP), é analisada e avaliada pelas biólogas Talita Nogueira Terra e Rozely Ferreira dos Santos, no estudo “Juréia: um bom (ou mau?) exemplo da influência de políticas sobre a conservação da natureza e a qualidade de vida”. Observam que as restrições legais ambientais nunca foram completamente obedecidas e acarretaram prejuízos para a população local.

As ações das políticas ambientais pensadas para a implantação do Parque Municipal das Nascentes do Mindu (PMNM) e o seu uso, no bairro Cidade de Deus no Município de Manaus - AM foram analisadas por Eduardo Taveira e Maria Inês Gasparetto Higuchi, no estudo “Políticas públicas de proteção ambiental no espaço urbano e o colorido das implicações sócio educativas na criação do parque municipal das nascentes do Mindu”, da pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Avaliam as descontinuidades e redimensionamentos das ações e consideram que as dificuldades observadas impedem a efetivação de ações socioambientalmente sustentáveis.

O estudo “Análisis de políticas públicas relacional, híbrido y no-moderno: la integralidad de las políticas públicas en el barrio de Casc Antic (Barcelona)”, realizado por Marc Grau-Solés e Lupicínio Íñiguez-Rueda, da Psicologia Social e Joan Subirats das Ciências Econômicas, analisa a capacidade das políticas públicas em abordar problemáticas urbanas complexas, sob a luz do conceito de integralidade. Consideram a participação cidadã nos procedimentos de implantação e nos conteúdos da política de urbanização em um bairro de Barcelona, Espanha.

Seguem mais quatro artigos, cujo foco é a Educação, discutindo políticas de educação do Brasil e do Chile, avaliando-as em termos dos seus princípios e de suas consequências, fundamentados em teorias do conhecimento científico.

Edgar Domingo de Albuquerque e Marcos Reigota, da Educação, discutem em “Teorias da justiça, democracia e educação: políticas de ação afirmativa nas universidades brasileiras” a controvérsia gerada pelas políticas compensatórias na educação, especificamente, no sistema de cotas para afro-descendentes nas

universidades públicas brasileiras. Avaliam a partir dos princípios da justiça elaborados pelo filósofo John Rawls e sua recepção no debate educacional brasileiro.

As políticas públicas no campo da Educação no Chile são discutidas em dois estudos. Vicente Sixto e Carla Fardella, doutores em Psicologia Social, analisam em “Nuevas políticas públicas, epocalismo e identidad: el caso de las políticas orientadas a los docentes en Chile” os discursos oficiais que configuram as mudanças da política, particularmente aquelas que visam o fortalecimento da profissão docente através de incentivos e de avaliação de desempenho. Enquanto Ariana Britto, economista e mestranda em Economia pela Universidade Federal Fluminense analisa o investimento das políticas educacionais e os resultados na melhoria da qualidade do ensino.

Rodrigo Barchi, mestre e doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, apresenta questionamentos, a partir de concepções foucaultianas, sobre o fazer e o pensar educação ambiental. Insere-se no discurso crítico às políticas públicas, engendrado no saber/poder acadêmico.

Os quatro artigos seguintes referem-se à contribuição dos saberes científicos da Psicologia, da Economia e do Direito para a análise das políticas públicas e da atuação profissional nesse contexto.

No estudo “As contribuições da Psicologia Ambiental às políticas ambientais”, Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro, Mário Henrique da Mata Martins e Renata Laureano da Silva, da Psicologia, discutem a partir da literatura acadêmica disponível em banco de dados, de que forma a Psicologia enquanto ciência tem contribuído para as políticas ambientais. Enquanto o artigo “As interfaces entre Psicologia e Políticas Públicas e a configuração de novos espaços de atuação”, de Jaqueline Brigagão, Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento e Peter Kevin Spink, também da Psicologia, apresenta uma discussão sobre a atuação dos psicólogos nas Políticas Públicas, a partir da análise de pesquisas realizadas pelo CREPOP.

Fernanda Marchesoni e Maria Aparecida Silva Oliveira, da Economia, realizam o estudo “Impactos de uma política de redução tributária sobre alimentos: uma análise da cesta básica do município de Sorocaba-SP”, que contribui para uma análise do atual Sistema Tributário Brasileiro, apresentando alternativas para sua reformulação, a fim de promover melhorias para a sociedade.

O estudo “En los tiempos del test del sapo: justicia, aborto y políticas de población en la Argentina de mediados del siglo XX”, de Agustina Cepeda, doutoranda do Instituto de Desarrollo Económico y Social - Universidad Nacional General Sarmiento (Argentina), apresenta os enlaces entre políticas públicas e direito, focalizando a penalização da prática do aborto, na Argentina, em meados do século XX, no governo peronista. Considera que, para entender uma política de Estado, é necessário estar atenta às ações intra-estatais.

Os artigos que finalizam este dossiê focalizam a influência de movimentos sociais nacionais e internacionais nas políticas de saúde da mulher e do idoso. Trazem a intersecção entre movimentos sociais, conhecimentos científicos e políticas públicas.

Solange Rocha, Ana Vieira, ambas do Serviço social e Jorge Lyra, da Saúde pública, no estudo “Feminismos em defesa da saúde” analisam a influência do feminismo nas políticas públicas de saúde da mulher, ao longo do tempo. Consideram a sua pluralidade, enquanto movimento social e o interpretam, à luz da análise de documentos de domínio público. Trazem uma importante reflexão crítica sobre o arrefecimento do movimento e sua fragilização, quando cooptado pelas forças hegemônicas.

Raquel Noel Ribeiro, da Psicologia Social, apresenta em “A reconstrução da velhice: ações políticas e sociais no mundo e no Brasil”, um mapeamento histórico recente dos discursos positivos sobre idosos ocorridos em ações políticas e sociais internacionais e nacionais, focalizando nas propostas políticas da ONU, dos movimentos sociais de idosos e dos movimentos de especialistas das áreas da gerontologia e geriatria e do governo brasileiro, voltadas para esse segmento.

A proposta deste dossiê foi trazer para o leitor uma diversidade de campos de estudos sobre políticas públicas de diversos lugares do Brasil e do exterior, bem como de diversas áreas de conhecimento. Dentro dos limites e das possibilidades, creio ter alcançado esse objetivo, embora não tenha de forma alguma esgotado essa área de estudos, que se amplia a cada dia.

Boa leitura.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria H. T. de. Prefácio In: \_\_\_\_\_. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

GIOVANNI, Geraldo Di. As estruturas elementares das políticas públicas. Núcleo de Estudos em Políticas Públicas. **Cadernos de Pesquisa**, Campinas, n. 82, 2009.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.